



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

Projeto de Lei Complementar 1/2024

OFÍCIO Nº. 0014/2024-GAP

Protocolo 37776 Envio em 19/01/2024 16:38:46

Paraguaçu Paulista-SP, 19 de janeiro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
Paulo Roberto Pereira
Presidente da Câmara Municipal
Rua Guerino Mateus, 205, Jardim Paulista
19703-060 Paraguaçu Paulista-SP

Assunto: Encaminha o Projeto de Lei Complementar nº ____/2024.

Senhor Presidente,

Encaminhamos à apreciação dessa egrégia Câmara Municipal o referido Projeto de Lei Complementar e sua Justificativa, que “Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos servidores do magistério público municipal, e dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024”.

Solicitamos de Vossa Excelência, nos termos do art. 17, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, a convocação de sessões extraordinárias para apreciação deste projeto de lei complementar em face da relevância e urgência da matéria.

A natureza relevante reside no fato de se tratar de matéria relacionada aos vencimentos dos servidores públicos municipais.

A urgência, por sua vez decorre da necessidade de se aprovar a revisão dos vencimento antes do final do mês, para que o Departamento Municipal de Recursos Humanos tenha tempo hábil de elaboração da folha de pessoal da competência Janeiro/2024, para pagamento no próximo dia 1º de fevereiro de 2024.

Certos da atenção de Vossa Excelência, antecipamos agradecimentos e apresentamos nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)
Prefeito

ATS/EMS/LTJ/ammm
OF



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo**

JUSTIFICATIVA

Projeto de Lei Complementar nº. ____, de 19 de janeiro de 2024.

Senhor Presidente e Nobres Vereadores,

Encaminhamos a essa egrégia Câmara Municipal o presente Projeto de Lei Complementar e sua Justificativa, que “Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos servidores do magistério público municipal, e dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024”.

Esta propositura estabelece que, a partir de 1º de janeiro de 2024:

I - os vencimentos dos servidores públicos municipais e dos servidores do magistério público municipal, ficam reajustados em 5,0% (cinco por cento); e

II - os vencimentos dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, ficam atualizados conforme o Anexo VI da Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005, que acompanha esta propositura.

O reajuste aplicado aos vencimentos dos servidores públicos municipais e dos servidores do magistério público municipal levou em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, que fechou 2023 com alta acumulada de 4,62% (quatro inteiros e sessenta e dois centésimos por cento).

O reajuste aplicado aos vencimentos dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde levou em consideração o valor do salário-mínimo nacional (R\$ 1.412,00) e o disposto na Emenda Constitucional nº 120/2022.

Os novos valores dos vencimentos constam das Tabelas I e II do Anexo III - Escala de Referência Salarial, e do Anexo VI - Quadro de Pessoal e Vencimentos dos Cargos Efetivos de Agente Comunitário de Saúde, de Agente de Combate às Endemias e de Agente de Saúde, da Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005, conforme os anexos desta lei complementar.

A alteração promovida por esta lei complementar se estende aos proventos básicos dos aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Municipal de Seguridade Social (IMSS).

Para tanto, considerada a relevância e urgência da matéria, solicitamos os bons préstimos de Vossa Excelência e dos Nobres Vereadores na apreciação e votação desta propositura.

A natureza relevante reside no fato de se tratar de matéria relacionada aos vencimentos dos servidores públicos municipais.



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo**

A urgência, por sua vez decorre da necessidade de se aprovar o reajuste dos vencimentos antes do final do mês, para que o Departamento Municipal de Recursos Humanos tenha tempo hábil de elaboração da folha de pessoal da competência Janeiro 2024, para pagamento no próximo dia 1º de fevereiro de 2024.

Na oportunidade, agradecemos o apoio de Vossa Excelência e dos Nobres Vereadores.

Atenciosamente,

ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)
Prefeito



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. ___, DE 19 DE JANEIRO DE 2024

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos servidores do magistério público municipal, e dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024.

**A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA
APROVA:**

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2024:

I - os vencimentos dos servidores públicos municipais e dos servidores do magistério público municipal, ficam reajustados em 5,0% (cinco por cento); e

II - os vencimentos dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, ficam atualizados conforme o Anexo VI da Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005, que acompanha esta lei complementar.

Art. 2º Os novos valores dos vencimentos constam das Tabelas I e II do Anexo III - Escala de Referência Salarial, e do Anexo VI - Quadro de Pessoal e Vencimentos dos Cargos Efetivos de Agente Comunitário de Saúde, de Agente de Combate às Endemias e de Agente de Saúde, da Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005, conforme os anexos desta lei complementar.

Art. 3º A alteração promovida por esta lei complementar se estende aos proventos básicos dos aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Municipal de Seguridade Social (IMSS).

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei complementar correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2024.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista-SP, 19 de janeiro de 2024.

ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)
Prefeito

ATS/EMS/ammm
PLC



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

Projeto de Lei Complementar nº ___, de 19 de janeiro de 2024 Fls. 2 de 4

“ANEXO III
ESCALA DE REFERÊNCIA SALARIAL
Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005

| Tabela I – Servidores Públicos Municipais | | | | |
|---|-------------|--|------------|-------------|
| Referência | Valor (R\$) | | Referência | Valor (R\$) |
| -- | -- | | 57 | 2.267,78 |
| -- | -- | | 58 | 2.326,02 |
| -- | -- | | 59 | 2.386,15 |
| -- | -- | | 60 | 2.448,35 |
| 38 | 1.427,24 | | 61 | 2.512,74 |
| 39 | 1.449,08 | | 62 | 2.579,48 |
| 40 | 1.486,14 | | 63 | 2.648,72 |
| 41 | 1.523,93 | | 64 | 2.720,68 |
| 42 | 1.562,64 | | 65 | 2.795,56 |
| 43 | 1.602,00 | | 66 | 2.873,64 |
| 44 | 1.642,36 | | 67 | 2.955,18 |
| 45 | 1.683,58 | | 68 | 3.040,48 |
| 46 | 1.725,83 | | 69 | 3.129,98 |
| 47 | 1.768,92 | | 70 | 3.224,07 |
| 48 | 1.813,13 | | 71 | 3.323,34 |
| 49 | 1.858,43 | | 72 | 3.527,74 |
| 50 | 1.904,88 | | 73 | 3.732,15 |
| 51 | 1.952,51 | | 74 | 3.937,65 |
| 52 | 2.001,43 | | 75 | 4.110,96 |
| 53 | 2.051,73 | | 76 | 4.291,76 |
| 54 | 2.103,40 | | 77 | 4.485,02 |
| 55 | 2.156,59 | | 78 | 4.730,04 |
| 56 | 2.211,35 | | 79 | 4.856,48 |

Notas:

- (1) Vigência a partir de: 01/01/2024
- (2) Percentual de atualização das referências salariais: 5,0%
- (3) Referência salarial básica: 38
- (4) Valor da referência salarial básica: R\$ 1.427,24



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

Projeto de Lei Complementar nº ___, de 19 de janeiro de 2024 Fls. 3 de 4

| Tabela II – Profissionais do Magistério Público Municipal | |
|---|-------------|
| Referência | Valor (R\$) |
| 15 | 2.676,20 |
| 16 | 2.722,77 |
| 17 | 2.840,14 |
| 18 | 2.963,36 |
| 19 | 3.092,72 |
| 20 | 3.228,58 |
| 21 | 3.371,23 |
| 22 | 3.521,01 |
| 23 | 3.678,27 |
| 24 | 3.843,39 |
| 25 | 4.016,77 |
| 26 | 4.198,82 |
| 27 | 4.389,96 |
| 28 | 4.590,69 |
| 29 | 4.801,44 |
| 30 | 5.022,70 |

Notas:

- (1) Vigência a partir de: 01/01/2024
- (2) Percentual de atualização das referências: 5,0%
- (3) Referência salarial básica: 15
- (4) Valor da referência salarial básica: R\$ 2.676,20" (NR)



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

Projeto de Lei Complementar nº ___, de 19 de janeiro de 2024 Fls. 4 de 4

“ANEXO VI

QUADRO DE PESSOAL E DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS DE
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, DE AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E
DE AGENTE DE SAÚDE

Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005

| <i>Quantidade</i> | <i>Denominação</i> | <i>2024 / Vencimentos – R\$</i> |
|-------------------|-------------------------------|---------------------------------|
| 26 | AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS | 2.824,00 |
| 59 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE | 2.824,00 |
| 31 | AGENTE DE SAÚDE | 2.824,00 |

Notas:

(1) Vigência a partir de: 01/01/2024

(2) Valor do piso salarial: R\$ 2.824,00

(3) O piso salarial constante desta tabela será reajustado, anualmente, em 1º de janeiro.” (NR)



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE ANÁLISE E DELIBERAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO OU AUMENTO DE DESPESA (LRF, arts. 16 e 17)

MEMORANDO - 01/2024-DRH

DE: Departamento de Recursos Humanos

PARA: Departamento de Planejamento

OBJETO: Análise e deliberação acerca da criação ou aumento de despesa, para atendimento do art. 16 ou art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF).

JUSTIFICATIVA: Reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos servidores do magistério público municipal, e dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024

| Tabela 1 – Tipo, Descrição, Quantitativo, Especificação e Valor Mensal da Nova Despesa | | |
|--|--|----------------|
| Tipo de Ação | Criação, Expansão ou Aperfeiçoamento de Ação Governamental (LRF, art. 16) | |
| | X Despesa Obrigatória de Caráter Continuado derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo com execução superior a dois exercícios (LRF, art. 17) | |
| Descrição | Reajuste dos vencimentos dos servidores públicos da Prefeitura. | |
| Data de Início Prevista | 01/2024 | |
| Quant. | Especificação da Despesa Pré-operacional ¹ | Valor (R\$) |
| | | -- |
| | (a) Subtotal | |
| Quant. | Especificação da Despesa Operacional ² | Valor (R\$) |
| 1 | Reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais | R\$ 343.344,03 |
| | | |
| | (b) Subtotal | R\$ 343.344,03 |
| | (c) Total (a+b) | R\$ 343.344,03 |

| Tabela 2 - Estimativa Trienal da Nova Despesa ³ | | | |
|--|------------|------------|------------|
| Mês | 2024 (R\$) | 2025 (R\$) | 2026 (R\$) |
| Janeiro | 343.344,03 | 343.344,03 | 343.344,03 |
| Fevereiro | 343.344,03 | 343.344,03 | 343.344,03 |
| Março | 343.344,03 | 343.344,03 | 343.344,03 |
| Abril | 343.344,03 | 343.344,03 | 343.344,03 |
| Maio | 343.344,03 | 343.344,03 | 343.344,03 |
| Junho | 343.344,03 | 343.344,03 | 343.344,03 |
| Julho | 343.344,03 | 343.344,03 | 343.344,03 |
| Agosto | 343.344,03 | 343.344,03 | 343.344,03 |
| Setembro | 343.344,03 | 343.344,03 | 343.344,03 |
| Outubro | 343.344,03 | 343.344,03 | 343.344,03 |
| Novembro | 343.344,03 | 343.344,03 | 343.344,03 |
| Dezembro | 672.954,32 | 672.954,32 | 672.954,32 |
| Total (R\$) | 4449738,65 | 4449738,65 | 4449738,65 |

Observações:

Aumento mensal R\$ 329.610,27 (folha) + 13733,76(1/3 férias) = 343.344,03

Dezembro soma-se 343.344,03 (Dezembro) + 329.610,27 (13º) = 672.954,32

¹ Despesas com ocorrência no(s) primeiro(os) mês(es) para implementação da ação governamental. Ex.: Despesas de aquisição de mobiliário e equipamentos;

² Despesas mensais relativas à manutenção da ação. Ex.: despesa de pessoal, locação de equipamentos, água e energia elétrica devem ser quantificadas e projetadas para cada mês do exercício em que a mesma entrar em vigor e para os dois exercícios subsequentes;

³ A atualização dos valores de bens e serviços para os períodos seguintes, bem como o aumento dos gastos com pessoal decorrente da revisão geral anual devem sempre ser considerados utilizando um índice de correção. Ex.: IPCA do IBGE.

Paraguaçu Paulista-SP, 19 de janeiro de 2024.

EMERSON MARTINS DOS SANTOS
Diretor de Departamento



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

ANEXO II – Análise e Deliberação sobre a Criação ou Aumento de Despesa

MEMORANDO nº. 01/2024- Depto de Planejamento

DE: Depto de Planejamento

PARA: Depto de Recursos Humanos

OBJETO: Análise e deliberação acerca da criação ou aumento de despesa, para atendimento do art. 16 ou art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF). Reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos servidores do magistério público municipal, e dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024.

1 IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO (arts. 16, 17, 19, 20, 21 e 22, LRF)

Tabela 1 - Estimativa Trienal do Impacto da Nova Despesa (art. 16, I, LRF)

| Especificação | 2024 | 2025 | 2026 |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|
| (a) Superavit ou Deficit Financeiro do Exercício Anterior (= Balanço) | 4.000.000,00 | 6.000.000,00 | 7.000.000,00 |
| (b) Receita Prevista (= LOA atual) | 217.991.119,97 | 259.527.448,94 | 269.129.964,55 |
| (c) Disponibilidade Financeira (a+b) | 221.991.119,97 | 265.527.448,94 | 276.129.964,55 |
| (d) Despesa (= valor informado UR) | 4.449.738,65 | 4.449.738,65 | 4.449.738,65 |
| (e) Impacto Orçamentário% [(d/b)*100] | 2,04 | 1,71 | 1,65 |
| (f) Impacto Financeiro% [(d/c)*100] | 2,00 | 1,68 | 1,61 |

Premissas (art. 16, § 2º):

- i - Superavit ou Deficit Financeiro do Exercício Anterior: **R\$ 4.000.000,00 (previsão, balanço não finalizado)**
- ii - Receita Prevista na LOA atual: R\$ 217.991.119,97
- iii - Valor da Nova Despesa: cf Solicitação do Departamento
- iv - Início de Vigência da Nova Despesa: 01/2024; Metodologia de Cálculo (art. 16, § 2º):
 - i - Superavit ou Deficit Financeiro: Valor estimado no Balanço do exercício anterior.
 - ii - Receita Prevista: Valor obtido na LOA vigente.
 - iii - Disponibilidade Financeira: Superavit ou Deficit Financeiro somada à Receita Prevista na LOA atual.
 - iv - Impacto Orçamentário%: Valor Despesa dividido pela Receita Prevista na LOA multiplicado por 100.
 - v - Impacto Financeiro%: Valor Despesa dividido pela Disponibilidade Financeira multiplicado por 100.

Tabela 2 – Estimativa do Impacto da Despesa Total com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (arts. 19, 20, 21 e 22, LRF)¹

| Especificação | (A) Acumulada nos últimos 12 meses (R\$) | (B) Estimada para os próximos 12 meses (R\$) | (B – A) Impacto (R\$) |
|---|--|--|-----------------------|
| (a) Despesa Total com Pessoal (DTP) ² | R\$ 93.324.507,26 | R\$ 97.774.245,91 | 4.449.738,65 |
| (b) Receita Corrente Líquida (RCL) ³ | R\$ 211.080.056,70 | R\$ 211.580.056,70 | 0,00 |
| (c) % Despesa Total com Pessoal (DTP) sobre a RCL = [(a/b)*100] | 44,21% | 46,32% | 2,11% |
| (d) Limite Máximo (art. 20, III, b, LRF) – 54,00% = [(b*54)/100] | R\$ 113.983.230,62 | R\$ 113.983.230,62 | 0,00 |
| (e) Limite Prudencial (art. 22, parágrafo único, LRF) – 51,30% = [(b*51,3)/100] | R\$ 108.284.069,09 | R\$ 108.284.069,09 | 0,00 |

Premissas e Metodologia de Cálculo:

¹ Tabela 2 a ser preenchida quando da criação ou aumento de despesa com pessoal.

² DTP acumulada 12 meses e RCL acumulada e estimada 12 meses: obter informações no Setor de Contabilidade.

³ DTP estimada 12 meses = DTP acumulada 12 meses + Valor Mensal da Nova Despesa x 12 meses (valor informado pela UR)

*Dados ref 11/2023 – Previsão de fechamento



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

Tabela 3 – Estimativa do Impacto da Nova Despesa sobre as Metas Fiscais (art. 17, §§ 2º ao 5º, LRF)

| Especificação | 2024 | 2025 | 2026 |
|---|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| (a) Resultado Primário (Anexo de Metas Fiscais da LDO) | 7.739.604,00 | 8.032.161,03 | 8.329.351,00 |
| (b) Resultado Nominal (Anexo de Metas Fiscais da LDO) | 41.107.943,72 | 9.450.000,00 | 9.590.000,00 |
| (c) Impacto da despesa criada ou aumentada sobre as despesas fiscais do exercício atual (= Tabela 1, d) | R\$ 4.449.738,65 | R\$ 4.449.738,65 | R\$ 4.449.738,65 |
| (d) Impacto do(s) mecanismo(s) de compensação nos períodos seguintes: | R\$ 4.449.738,65 | R\$ 4.449.738,65 | R\$ 4.449.738,65 |
| (d.1) aumento permanente da receita ¹ | - | - | - |
| (d.2) redução permanente da despesa ² | R\$ 4.449.738,65 | R\$ 4.449.738,65 | R\$ 4.449.738,65 |
| (e) Resultado Primário com o impacto da despesa criada ou aumentada [(a-c)+d.1] ou [(a-c)+d.2] | 7.739.604,00 | 8.032.161,03 | 8.329.351,00 |
| (f) Resultado Nominal com o impacto da criada ou aumentada [(b-c)+d.1] ou [(b-c)+d.2] | 41.107.943,72 | 9.450.000,00 | 9.590.000,00 |

Premissas:

- ¹ Anexar comprovante do mecanismo de aumento permanente da receita e preencher a Tabela 4, a. Considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição (art. 17, § 3º, LRF).
- ² Anexar cópia do Anexo de Riscos Fiscais da LDO atual - Margem Líquida de Expansão de DOCC, se tiver saldo, ou Anexar comprovante do mecanismo de redução permanente da despesa e preencher a Tabela 4, b.
- ³ Mecanismo(s) de compensação (aumento ou redução permanente de despesa): A despesa de que trata o art. 17 da LRF não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º do art. 17 da LRF, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar (art. 17, §§ 2º e 5º, LRF).

Tabela 4 – Mecanismo de Compensação dos Efeitos Financeiros da Nova Despesa, nos Períodos Seguintes (art. 17, §§ 2º ao 5º, LRF)

| Mecanismo de Compensação | Especificação | 2024 | 2025 |
|--|---------------|-------------------------|-------------------------|
| (a) aumento permanente da receita ¹ | - | - | - |
| (b) redução permanente da despesa ² | - | R\$ 4.449.738,65 | R\$ 4.449.738,65 |

Premissas e Metodologia de Cálculo:

- ¹ Anexo, o comprovante do mecanismo de aumento permanente da receita.
- ² O montante de despesa criada ou aumentada será compensada com a redução permanente da despesa geral do Município, observadas as disposições da LDO e devidamente impactadas nos orçamentos dos exercícios seguintes, conforme cópia anexa do Anexo de Riscos Fiscais da LDO atual - Margem Líquida de Expansão de DOCC; ou, Anexo, o comprovante do mecanismo de redução permanente da despesa geral do Município.

Tabela 5 – Adequação Orçamentária e Financeira com a LOA e Origem dos Recursos (art. 16, II, e art. 17, § 1º, LRF)

| FR ¹ | Dotação ² | Natureza da Despesa ³ | Valor (R\$) |
|---|----------------------------------|--|-------------------------|
| 01,02,05 | Pessoal e Encargos | 3.1.9X.XX | R\$ 4.449.738,65 |
| (a) Saldo Atual da Dotação | | | R\$ 95.019.028,00 |
| (b) Dotação Prevista na LOA | | | R\$ 95.019.028,00 |
| (c) Despesa realizada até o momento (b-a) | | | R\$ 0,00 |
| (d) Despesa a realizar | | | 90.280.879,43 |
| (e) Nova Despesa (Tabela 1, d) | | | R\$ 4.449.738,65 |
| (f) Saldo Estimado da Dotação [a-(d+e)] | | | 288.409,92 |
| (g) Receita Corrente Líquida (RCL) últimos 12 meses | | | 211.080.056,70 |
| (h) % Nova Despesa / RCL [(e/g)*100] | | | 2,11% |
| Situação | (X) Adequada (se f > R\$ 0,00) | Há dotação específica e suficiente (ou abrangida por crédito genérico) para atendimento de todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, | |



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

| | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Inadequada (se $f < R\$ 0,00$) | conforme os limites estabelecidos para o exercício. |
| <input type="checkbox"/> Irrelevante (se $h < 2\%$) | Ressalva-se do disposto no art. 16 da LRF a despesa cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite de 2% da Receita Corrente Líquida, considerada irrelevante nos termos da lei de diretrizes orçamentárias. (LDO 2017, art. 14) |

Premissas:

- ¹ FR (Fonte de Recursos): 01 Tesouro; 02 Transferências e Convênios Estaduais – Vinculados; 03 Recursos Próprios de Fundos Especiais de Despesa – Vinculados; 04 Recursos Próprios da Administração Indireta; 05 Transferências e Convênios Federais – Vinculados; e 06 Outras Fontes de Recursos.
- ² Dotação: Toda e qualquer verba prevista como despesa em orçamentos públicos destinado a fins específicos que possui codificação específica presente na LOA.
- ³ Natureza da Despesa: conjunto de informações que formam o código é conhecido como classificação por natureza de despesa e informa a categoria econômica, o grupo a que pertence a despesa, a modalidade de aplicação e seu elemento.

Tabela 6 – Compatibilidade com o PPA e com a LDO (art. 16, II, LRF)

| Instrumento | Programa | Funcional Programática ¹ | Saldo Disponível(R\$) | Nova Despesa (R\$) |
|-------------|--|-------------------------------------|---|--------------------|
| PPA 2024 | * | * | * | * |
| LDO 2024 | * | * | * | * |
| | | | | |
| Situação | <input checked="" type="checkbox"/> Compatível ² <input type="checkbox"/> Não Compatível | | A despesa está conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos no PPA e LDO e não infringe qualquer de suas disposições. | |

Observações:

- ¹ Funcional Programática: classificação da despesa que combina a classificação funcional com a classificação programática.
- ² Compatível com o PPA e LDO: a despesa faz parte de um dos programas inseridos no PPA e não contraria nenhuma das disposições da LDO, especialmente o Anexo de Metas de Resultados Fiscais.

*Despesa está em vários programas dentro do orçamento do executivo

2 DELIBERAÇÃO

Considerando a análise realizada, informa-se que, a criação ou aumento da despesa:

- (X) TEM..... ☐ NÃO TEM..... adequação orçamentária e financeira com a LOA.
- (X) É..... ☐ NÃO É..... compatível com o PPA e LDO.
- (X) NÃO AFETARÁ.... ☐ AFETARÁ..... as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO.
- ☐ Ressalva-se do disposto no art. 16 da LRF, pois, é considerado irrelevante, nos termos da LDO.

E delibera-se por:

- (X) SUGERIR o encaminhamento ao Ordenador de Despesa para deliberação final.
- ☐ RETORNAR à Unidade Requisitante, pois, será necessária promover a adequação orçamentária e financeira da despesa com a LOA vigente, por meio da(s) seguinte(s) medida(s):
- ☐ reduzir outra(s) despesa(s), (anexar comprovante);
 - ☐ suplementar dotação com recursos decorrentes de excesso de arrecadação do corrente ano;
 - ☐ suplementar dotação com recursos provenientes de superavit do exercício anterior;
 - ☐ abrir crédito especial, pois, o(a) projeto/atividade não está previsto(a) na LOA¹.
- ☐ RETORNAR à Unidade Requisitante, pois, será necessário compatibilizar a despesa com o PPA e com a LDO, por meio da inclusão prévia do projeto/atividade nas peças de planejamento.

Paraguaçu Paulista-SP, 19 de Janeiro de 2024.

Tatiani dos Santos Correa
Depto de Planejamento



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

3 CIENTE DA UNIDADE REQUISITANTE

Considerando a(s) deliberação(ões) da Unidade Contábil, Declaro, para os devidos fins, que estou ciente das medidas a serem tomadas no seguinte caso e:

- (X) ENCAMINHO ao Ordenador de Despesa para deliberação final.
- () AUTORIZO a Unidade Contábil a promover as medidas sugeridas.
- () NÃO AUTORIZO a Unidade Contábil a promover as medidas sugeridas e arquivo o processo.

Paraguaçu Paulista-SP, 19 de Janeiro de 2024.

Emerson Martins do Santos
Depto de Recursos Humanos



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

ANEXO III – Declaração do Ordenador de Despesa (art. 16, II)

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA (art. 16, II)

Nos termos do art. 16, Inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, considerando o impacto orçamentário e financeiro elaborado pela Unidade Contábil desta Prefeitura e constante da documentação anexa, na qualidade de Ordenador de Despesa, DECLARO que a criação ou aumento da despesa:

- (X) TEM..... () NÃO TEM.....adequação orçamentária e financeira com a LOA.
(X) É..... () NÃO É.....compatível com o PPA e LDO.
(X) NÃO AFETARÁ.....() AFETARÁ.....as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO.
() Ressalva-se do disposto no art. 16 da LRF, pois, é considerado irrelevante, nos termos da LDO.

Encaminha-se à Unidade competente para as providências finais.

Paraguaçu Paulista-SP, 19 de Janeiro de 2024.

Antonio Takashi Sasada
Prefeito Municipal

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Portal da Legislação: Poder Executivo, Brasília, 13 nov. 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm> Acesso em: 13 nov. 2017.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E QUADRO DE PESSOAL
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU PAULISTA

LEI COMPLEMENTAR Nº. 058, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

(Texto Compilado até a Lei Complementar nº. 282, de 30/05/2023)

LEI COMPLEMENTAR Nº. 058, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005
Autoria do Projeto: Sr. Prefeito Municipal

Dispõe sobre a reorganização da Estrutura Administrativa e do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista e dá outras providências.

CARLOS ARRUDA GARMS, Prefeito Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele PROMULGA a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar reorganiza a Estrutura Administrativa e reclassifica o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista e a Escala de Referência Salarial dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º A Administração Pública Municipal compreende uma dimensão jurídica expressa no relacionamento harmônico do Executivo com o Legislativo e uma divisão funcional correspondente à necessária integração do Município com o Governo Estadual e Governo Federal.

CAPÍTULO II - DOS FUNDAMENTOS BÁSICOS DA AÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 3º Compete à Administração Pública Municipal prover a tudo quanto diz respeito ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população, em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de São Paulo e a Lei Orgânica do Município.

Art. 4º A Administração Pública Municipal obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além de outros preceitos legais definidos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município.

Art. 5º As ações governamentais obedecerão ao processo permanente de planejamento, com o fim de integrar os objetivos institucionais dos órgãos e entidades municipais entre si, bem como as ações da União, do Estado e regionais que se relacionarem com o desenvolvimento do Município.

Art. 6º Os objetivos da Administração Pública Municipal serão enunciados, principalmente, através dos seguintes instrumentos básicos:

- I - Plano Diretor;
- II - Plano Plurianual - PPA;
- III - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; e
- IV - Lei Orçamentária Anual - LOA.

§ 1º. A execução dos planos e programas governamentais será objeto de permanente coordenação, com o fim de assegurar eficiência e eficácia na consecução dos objetivos e metas fixados.

§ 2º. A coordenação a que se refere o § 1º deste artigo será exercida pelo Gabinete do Prefeito e compreenderá todos os níveis da Administração Pública Municipal, mediante a ação integrada das chefias e realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas.

Art. 7º A Administração Pública Municipal recorrerá prioritariamente a recursos próprios para execução de seus serviços.

Parágrafo único. Quando imprescindível e menos oneroso, a execução das ações governamentais poderá ser descentralizada ou desconcentrada, para:

- I - outros entes públicos ou entidades a eles vinculados, mediante convênio;
- II - órgãos subordinados da própria Administração Pública Municipal;
- III - entidades criadas mediante autorização legislativa e vinculadas a Administração Pública Municipal;
- IV - empresas privadas, mediante concessão ou permissão.

Art. 8º Além dos controles formais concernentes à obediência a preceitos legais e regulamentares, a Administração Pública Municipal disporá de instrumentos de acompanhamento e avaliação de resultados da atuação dos seus órgãos e unidades administrativas.

Art. 9º Com vistas à racionalização dos métodos de trabalho e organização, a Administração Pública Municipal desenvolverá ações constantes no sentido de proporcionar melhor atendimento ao público,

ANEXO III - Escala de Referência Salarial
Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005

| Tabela I – Servidores Públicos Municipais | | | | |
|---|-------------|--|------------|-------------|
| Referência | Valor (R\$) | | Referência | Valor (R\$) |
| -- | -- | | 57 | 2.159,79 |
| -- | -- | | 58 | 2.215,25 |
| -- | -- | | 59 | 2.272,52 |
| -- | -- | | 60 | 2.331,76 |
| 38 | 1.359,27 | | 61 | 2.393,08 |
| 39 | 1.380,08 | | 62 | 2.456,65 |
| 40 | 1.415,37 | | 63 | 2.522,59 |
| 41 | 1.451,36 | | 64 | 2.591,13 |
| 42 | 1.488,23 | | 65 | 2.662,43 |
| 43 | 1.525,72 | | 66 | 2.736,80 |
| 44 | 1.564,15 | | 67 | 2.814,45 |
| 45 | 1.603,41 | | 68 | 2.895,70 |
| 46 | 1.643,65 | | 69 | 2.980,93 |
| 47 | 1.684,69 | | 70 | 3.070,55 |
| 48 | 1.726,79 | | 71 | 3.165,08 |
| 49 | 1.769,93 | | 72 | 3.359,75 |
| 50 | 1.814,17 | | 73 | 3.554,43 |
| 51 | 1.859,54 | | 74 | 3.750,14 |
| 52 | 1.906,13 | | 75 | 3.915,20 |
| 53 | 1.954,03 | | 76 | 4.087,39 |
| 54 | 2.003,24 | | 77 | 4.271,44 |
| 55 | 2.053,90 | | 78 | 4.504,80 |
| 56 | 2.106,04 | | 79 | 4.625,22 |

Notas:

- (1) Vigência a partir de: 01/01/2023
- (2) Percentual de atualização das referências salariais: 5,79%
- (3) Referência salarial básica: 38
- (4) Valor do piso salarial: R\$ 1.359,27

| <i>Tabela II – Profissionais do Magistério Público Municipal</i> | |
|--|--------------------|
| <i>Referência</i> | <i>Valor (R\$)</i> |
| 15 | 2.548,76 |
| 16 | 2.593,12 |
| 17 | 2.704,89 |
| 18 | 2.822,25 |
| 19 | 2.945,45 |
| 20 | 3.074,84 |
| 21 | 3.210,69 |
| 22 | 3.353,34 |
| 23 | 3.503,11 |
| 24 | 3.660,37 |
| 25 | 3.825,50 |
| 26 | 3.998,88 |
| 27 | 4.180,92 |
| 28 | 4.372,09 |
| 29 | 4.572,80 |
| 30 | 4.783,53 |

Notas:

- (1) Vigência a partir de: 01/01/2023
- (2) Percentual de atualização das referências: 5,79%
- (3) Referência salarial básica: 15
- (4) Valor da referência salarial básica: R\$ 2.548,76

ANEXO VI – Quadro de Pessoal e Vencimentos dos Cargos de Provimento Efetivo de Agente Comunitário de Saúde, de Agente de Combate às Endemias e de Agente de Saúde

Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005

| <i>Quantidade</i> | <i>Denominação</i> | <i>2023 / Vencimentos – R\$</i> |
|-------------------|-------------------------------|---------------------------------|
| 26 | AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS | 2.640,00 |
| 59 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE | 2.640,00 |
| 31 | AGENTE DE SAÚDE | 2.640,00 |

Notas:

- (1) Vigência a partir de: 01/05/2023*
- (2) Valor do piso salarial: R\$ 2.640,00*
- (3) O piso salarial constante desta tabela será reajustado, anualmente, em 1º de janeiro.*

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/12/2023 | Edição: 245-D | Seção: 1 - Extra D | Página: 1

Órgão: Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 11.864, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.663, de 28 de agosto de 2023,

DECRETA:

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2024, o valor do salário mínimo será de R\$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais).

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 47,07 (quarenta e sete reais e sete centavos) e o valor horário, a R\$ 6,42 (seis reais e quarenta e dois centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Brasília, 27 de dezembro de 2023; 202º da Independência e 135º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Gustavo José de Guimarães e Souza

Carlos Roberto Lupi

Luiz Marinho

Presidente da República Federativa do Brasil

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Projeto de Lei Complementar 1/2024 Protocolo 37776 Envio em 19/01/2024 16:38:46
Assinado digitalmente conforme Resolução nº 113, de 06 de julho de 2021, por Antonio Takashi Sasada.
Este documento é uma cópia da versão original disponível em: https://sapl.paraguacupaulista.sp.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2024/20831/20831_original.pdf



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 120, DE 5 DE MAIO DE 2022

Acrescenta §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 198 da [Constituição Federal](#) passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11:

"Art. 198.

.....

§ 7º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.

§ 8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.

§ 9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.

§ 10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.

§ 11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 5 de maio de 2022

| Mesa da Câmara dos Deputados | Mesa do Senado Federal |
|---|---|
| Deputado ARTHUR LIRA Presidente | Senador RODRIGO PACHECO Presidente |
| Deputado MARCELO RAMOS 1º Vice-Presidente | Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO 1º Vice-Presidente |
| Deputado ANDRÉ DE PAULA 2º Vice-Presidente | Senador ROMÁRIO 2º Vice-Presidente |

| | |
|---|---|
| Deputado LUCIANO BIVAR 1º Secretário | Senador IRAJÁ 1º Secretário |
| Deputada MARÍLIA ARRAES 2ª Secretária | Senador ELMANO FÉRRER 2º Secretário |
| Deputada ROSE MODESTO 3ª Secretária | Senador ROGÉRIO CARVALHO 3º Secretário |
| Deputada ROSANGELA GOMES 4ª Secretária | Senador WEVERTON 4º Secretário |

Este texto não substitui o publicado no DOU 6.5.2022

*

IPCA chega a 0,56% em dezembro e fecha o ano em 4,62%

Editoria: **Estatísticas Econômicas**

11/01/2024 09h00 | Atualizado em 11/01/2024 09h25

O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** de dezembro foi de 0,56% e ficou 0,28 ponto percentual (p.p.) acima da taxa de novembro (0,28%). Em dezembro de 2022, a variação havia sido de 0,62%. O IPCA fechou o ano com alta acumulada de 4,62%.

| Período | Taxa |
|----------------------------|-------|
| Dezembro de 2023 | 0,56% |
| Novembro de 2023 | 0,28% |
| Dezembro de 2022 | 0,62% |
| Acumulado no ano /12 meses | 4,62% |

Todos os grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta em dezembro. A maior variação (1,11%) eo maior impacto (0,23 p.p.) vieram do grupo **Alimentação e bebidas**, que acelerou em relação a novembro (0,63%). A segunda maior contribuição (0,10 p.p.) veio de **Transportes**, com alta de 0,48%. A segunda maior variação, por sua vez, foi de **Artigos de residência** (0,76%), após recuar 0,42% em novembro. O grupo **Habitação** (0,34%) desacelerou ante o mês anterior (0,48%). Os demais grupos ficaram entre o 0,04% de **Comunicação** e o 0,70% de **Vestuário**.



| Grupo | Variação (%) | | Impacto (p.p.) | |
|---------------------------|--------------|----------|----------------|----------|
| | Novembro | Dezembro | Novembro | Dezembro |
| Índice Geral | 0,28 | 0,56 | 0,28 | 0,56 |
| Alimentação e bebidas | 0,63 | 1,11 | 0,13 | 0,23 |
| Habitação | 0,48 | 0,34 | 0,07 | 0,05 |
| Artigos de residência | -0,42 | 0,76 | -0,01 | 0,03 |
| Vestuário | -0,35 | 0,7 | -0,02 | 0,03 |
| Transportes | 0,27 | 0,48 | 0,06 | 0,1 |
| Saúde e cuidados pessoais | 0,08 | 0,35 | 0,01 | 0,05 |
| Despesas pessoais | 0,58 | 0,48 | 0,06 | 0,05 |
| Educação | 0,02 | 0,24 | 0 | 0,02 |
| Comunicação | -0,5 | 0,04 | -0,02 | 0 |

O grupo **Alimentação e bebidas** registrou alta de 1,11% em dezembro, após subir 0,63% em novembro. A **alimentação no domicílio** subiu 1,34%, influenciada pelas altas da **batata-inglesa** (19,09%), **feijão-carioca** (13,79%), **arroz** (5,81%) e **frutas** (3,37%). Já o **leite longa vida** recuou pelo sétimo mês consecutivo (-1,26%).

